

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - TO

PROCURADOR JURÍDICO

Caderno de Provas

Prova Discursiva e Prática

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Verifique se este caderno contém CINCO questões, sendo QUATRO questões discursivas e UM enunciado para elaboração de peça prática, acompanhadas de espaço para rascunho.
2. Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
3. **Será permitida**, na prova discursiva, a consulta à legislação "seca", não comentada ou anotada.
4. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
5. Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova, à transcrição dos textos para o caderno de texto e à conferência do material de consulta.
6. Assine à CANETA no espaço indicado.
7. Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
8. O Caderno de Texto Definitivo da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova. (item 8.4)
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos, poderá implicar a anulação da sua prova.
10. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
11. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sua saída do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe será mais permitido o uso dos sanitários.

ATENÇÃO: Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a realização da prova for flagrado portando qualquer material de consulta não especificado como permitido no edital de abertura nº 001/2015 de 25/11/2015, suas retificações e complementações; portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas de fogo ou branca (facas, canivetes e similares), ainda que possua porte de arma expedido por autoridade competente.

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS

QUATRO HORAS

ATENÇÃO: o candidato **NÃO** poderá levar consigo o CADERNO DE PROVA contendo o RASCUNHO DAS RESPOSTAS, ou parte dele.

QUESTÃO 01
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

A fictícia Fundação Pública Municipal “Universidade Para Todos”, no ato de sua criação, recebeu do município vasta área localizada no perímetro urbano. Sr. Ambrósio Celestino, de boa-fé, adentrou em parte da área e construiu um imóvel residencial, com uma lanchonete na frente da construção, erguida sem projeto arquitetônico nem alvará de construção, local onde reside com sua família e retira seu sustento. Aproximadamente 48 (quarenta e oito) meses após a ocupação, Sr. Ambrósio recebe uma notificação para desocupar o local. Imediatamente, procurou um Advogado, que propôs uma Ação Judicial de Interdito Proibitório com pedido alternativo de Indenização pela construção e Retenção até que a indenização seja paga.

Como Procurador do Município, quais fundamentos jurídicos Vossa Senhoria utilizaria para defender os interesses da Fundação Pública Municipal, em relação a cada pedido formulado pelo autor?

RESPOSTA QUESTÃO 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 02
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

Em Recurso Especial (Resp n. 1.169.192), interposto para reformar decisão proferida pelo Tribunal de Justiça Estadual, em Ação Civil Pública, que questionava se a atuação de Procurador Municipal na defesa de Prefeito configura improbidade administrativa, o Ministro Humberto Martins do Superior Tribunal de Justiça, como Relator, em seu voto, se manifestou da seguinte forma:

In casu, como já ressaltado, a atuação dos procuradores municipais foi legítima, tendo em vista a hialina presença de interesse público secundário na defesa da legalidade do ato administrativo impugnado.
(grifo nosso).

(Disponível em:

https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=15317413&num_registro=200902366057&data=20140414&tipo=3&formato=PDF).

Pergunta-se:

- a) O que é “interesse público primário e secundário”?
- b) O interesse público primário se sobrepõe ao secundário? Justifique.

RESPOSTA QUESTÃO 02

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 03
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

O município de Cristaleiro foi criado a partir da edição da Lei Estadual nº 13.432, de 02 de julho de 2014, com aprovação por maioria absoluta da Assembleia Legislativa Estadual. Na época, ainda era distrito do município de Jazidas e contava com uma população de 8.654 habitantes, conforme último censo publicado pelo IBGE na ocasião. A consulta popular ocorreu no distrito de Cristaleiro, sendo que 74% dos eleitores daquela localidade confirmaram o desejo de verem-se emancipados. Acerca da criação de novos municípios e do modelo federativo brasileiro, responda as questões a seguir, fundamentando sua resposta.

- a) Quais as etapas para criação de um novo município no Brasil?
- b) A criação do município de Cristaleiro pode ser considerada constitucional, nos termos do texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988? Apresente as razões da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da sua criação.
- c) De acordo com o desenho federativo arquitetado pela Constituição da República Federativa de 1988, os municípios possuem autonomia. Indique como se manifesta essa autonomia no âmbito municipal.

RESPOSTA QUESTÃO 03

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 04
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

A Administração Municipal de Livramento do Tocantins, por meio da sua Comissão de Licitação, responsável por todo esse procedimento, resolve lançar edital licitatório para adquirir equipamento elétrico e serviço de manutenção elétrica predial, na modalidade Tomada de Preços, a fim de proceder reparos em seus departamentos. O edital trouxe, no item 4, subitem 4.1, a obrigatoriedade dos concorrentes contarem com 04 (quatro) anos de funcionamento, na data de publicação do edital, e terem sede no município de Livramento do Tocantins. A empresa Goianorte equipamentos e serviços elétricos, com funcionamento há 02 (dois) anos e 07 (sete) meses, localizada em Goiânia, almejando participar do certame, procurou Vossa Senhoria, como advogado particular, para que tomasse as medidas legais cabíveis, pois pretende concorrer ao certame. Com base nessas informações, responda aos questionamentos, fundamentando suas respostas.

- a) Indique:
- a.1) a medida administrativa cabível;
 - a.2) a quem deverá ser dirigida;
 - a.3) o prazo legal para sua interposição.
- b) Enquanto advogado da empresa licitante Goianorte equipamentos e serviços elétricos, qual a fundamentação jurídica da medida administrativa interposta?
- c) Em caso de improcedência da medida administrativa pleiteada, qual medida judicial você buscará a fim de resguardar os direitos da empresa Goianorte equipamentos e serviços elétricos?

RESPOSTA QUESTÃO 04

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PEÇA PRÁTICA PROFISSIONAL
(Valor: 0 a 50 pontos)

Como Procurador Municipal, Vossa Senhoria recebe um Processo Administrativo com o seguinte teor, em síntese: Cássio Ramos, contratado pelo município de Itaquarão do Tocantins, como motorista temporário, em abril de 2004, agindo com imprudência, avançou o “sinal vermelho” em um cruzamento e atingiu o veículo automotor de Adenor Tite, causando-lhe prejuízos materiais. Ainda em 2004, Tite propôs uma ação de indenização por danos materiais que foi julgada totalmente procedente, condenando a Prefeitura Municipal ao pagamento da importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), valor do prejuízo financeiro sofrido pelo autor. Em 2005, tramitou um Processo Administrativo contra Cássio, apurando sua responsabilidade no acidente de trânsito e pela condenação sofrida pelo Município. O julgamento do Processo Administrativo Disciplinar ocorreu no final de 2005, quando Cássio já não era mais contratado da Prefeitura. Por motivos que não se sabe ao certo, esse Procedimento Administrativo chegou à Procuradoria Municipal apenas agora, em fevereiro de 2016, seis meses após a morte de Cássio. Para defender os interesses do Município, como Procurador, qual a medida Vossa Senhoria adotaria?

RESPOSTA QUESTÃO PRÁTICA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	

54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	